

EÇA DE QUEIRÓS, A CHINA E O BRASIL¹

Helder GARMES*
José Carvalho VANZELLI**

- **RESUMO:** A partir de textos que Eça de Queirós escreveu para a *Gazeta de Notícias* do Brasil, analisaremos como o eurocentrismo é relativizado por Eça, desfazendo, por meio da ironia, a estereotipada oposição entre Ocidente e Oriente. Ao tratar de Portugal, Brasil, China e, sobretudo, das relações entre a mão-de-obra chinesa e as conquistas dos trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos da América, veremos que sua análise vai muito além do contexto desses países, revelando um entendimento econômico e uma consciência política que contempla toda a ordem capitalista de seu tempo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. China. Chineses e japoneses. Eça de Queirós. Orientalismo.

Eça sempre foi um grande colaborador da imprensa periódica e sua colaboração com a *Gazeta de Notícias*² do Rio de Janeiro se deu entre 1880 e 1897. É nesse periódico que publica o texto “Chineses e japoneses”, em 6 de dezembro de 1894, tratando da ignorância do europeu sobre a guerra que transcorria entre aqueles dois povos e, por consequência, criticando severamente a autoimagem do europeu. O questionamento do eurocentrismo foi um tema que ganhou corpo na obra de Eça de Queirós de seus primeiros aos últimos textos. Se é verdade que em seus primeiros textos jornalísticos a noção de civilização guarda ainda vínculos com a ideia positivista de progresso,³ quando tomamos os textos publicados na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro isso já é bem diferente. Por exemplo, em “O Natal – a

* USP – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – helder@usp.br.

** USP – Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – jose.vanzelli@usp.br.

¹ Este texto teve uma primeira versão lida no XXI Congresso da ABRAPLIP em 2007, sob o título “Eça de Queirós, chineses, japoneses e brasileiros”. Depois sofreu algumas alterações e foi reapresentado no evento internacional II Crossings: Brasil, Portugal e Grande China, em 2015. A discussão e novas alterações geraram a presente versão, intitulada “Eça de Queirós, a China e o Brasil”.

² Sobre essa colaboração ver LYRA (1965), MINÉ (1986, 2000), QUEIRÓS (2002), SOUZA (2007).

³ Cf. GARMES (2005, p. 53-71).

literatura de Natal para crianças”, de 9 de fevereiro de 1881, ao refletir sobre a impossibilidade da sociedade humana acabar com a pobreza, diz:

Aqui estamos sobre este globo há doze mil anos a girar fastidiosamente em torno do Sol e sem adiantar um metro na famosa **estrada do progresso e da perfectibilidade**: porque só algum ingênuo de província é que ainda considera **progresso** a invenção ociosa desses bonecos pueris que se chamam máquinas, engenhos, locomotivas, etc., ou essas prosas laboriosas e difusas que se denominam **sistemas sociais**.

Nos dois ou três primeiros mil anos de existência trepamos a uma certa altura de civilização, mas depois temos vindo rolando para baixo numa cambalhota secular.

O tipo secular e doméstico de uma aldeia árida do Himalaia, tal como uma vetusta tradição o tem trazido até nós, é infinitamente mais perfeito que o nosso organismo doméstico e social. Já não falo de gregos e romanos: ninguém hoje tem bastante gênio para compor um coro de Êsquilo, ou uma página de Virgílio; como escultura e arquitetura, somos grotescos; nenhum milionário é capaz de jantar como Lúculo; agitavam-se em Atenas ou Roma mais ideias superiores num só dia do que nós inventamos num século; os nossos exércitos fazem rir, comparados às legiões dos Germânicos; não há nada equiparável à administração romana; o bulevar é uma viela suja ao lado da Via Ápia; nem uma Aspásia temos; nunca ninguém tornou a falar como Demóstenes – o servo, o escravo, essa miséria da Antiguidade, não era mais desgraçado que o proletário moderno. (QUEIRÓS, 2002, p. 120).

A teoria da evolução das espécies aplicada ao âmbito social está aqui claramente representada pela terminologia “perfectibilidade” e “progresso”. Todavia, o tratamento debochado que dá à teoria darwinista (“trepamos numa certa altura”, “rolando para baixo numa cambalhota”) e o desprestígio que a tecnologia tem aos seus olhos desqualificam qualquer escala de evolução. A tecnologia se mostra ineficiente para resolver aquilo para o qual foi criada: auxiliar o ser humano a suprir suas necessidades materiais, pois o funcionamento uma aldeia árida do Himalaia seria infinitamente mais perfeito que o nosso organismo doméstico e social. Além disso, ao tomar como referência a elite do mundo greco-romano, julga como rebaixada a elite da Europa que lhe é contemporânea. A noção de progresso material fica, portanto, comprometida eticamente com o bem comum e, portanto, a Europa “evoluiria” no sentido material e “regrediria” no sentido intelectual. A noção eurocêntrica de civilização resulta, assim, desfocada, já que, de fato, não se teria “evoluído” do período greco-romano àqueles dias.

No ano seguinte, mais especificamente em 29 de setembro de 1882, quando dá à estampa a terceira parte de “Os ingleses no Egito”, assim Eça descreve a atitude do europeu que habitava naquele país:

É que o europeu de Alexandria considerava o felá egípcio como um ser de raça ínfima, incivilizável, mero animal de trabalho, pouco diferente do gado; e, se tivesse o estilo de La Bruyère, descrevê-lo-ia como La Bruyère descrevia os aldeãos do tempo de Luís XIV, “vultos escuros, curvados sobre a terra e tendo a vaga aparência de seres humanos...”[...]

E note-se que o europeu não tinha muito mais respeito pelo egípcio das classes superiores ou cultas. [...]

A complicada abundância da nossa civilização material, as nossas máquinas, os nossos telefones, a nossa luz elétrica, tem-nos tornado intoleravelmente pedantes: estamos prontos a declarar desprezível uma raça, desde que ela não sabe fabricar pianos de Erard; e se há algures um povo que não possua como nós o talento de compor óperas cômicas consideramo-lo *ipso facto* votado para sempre à escravidão...

Por outro lado, os Egípcios olhavam para o europeu como para a última e mais terrível praga do Egito, uma outra invasão de gafanhotos, descendo – não do céu, onde ruge a cólera de Jeová, mas dos paquetes do Mediterrâneo, com a sua chapeleira na mão – a alastrar, devorar as riquezas do vale do Nilo. E este prejuízo não é especial às classes incultas: o paxá mais bem informado, educado em França, lendo como nós a *Revista dos Dois Mundos*, nunca reconhecerá o que o Egito deve à energia, à ciência, ao capital europeu: para ele, como para o último burriqueiro das praças do Cairo, o europeu é mais que o intruso – é o **intrujão**.

O Árabe de modo nenhum se julga inferior a nós; as nossas indústrias, as nossas invenções não o deslumbram; e estou mesmo que, do calmo repouso dos seus haréns, o grande ruído que nós fazemos sobre a Terra lhe parece uma vã agitação. Ele sente por nós o pasmo misturado de desdém que pode sentir um filósofo vendo trabalhar um pelotiqueiro [um malabarista]. O pensador diz consigo que não é capaz de equilibrar uma espingarda sobre o nariz, e lamenta-o; mas consola-se refletindo que o saltimbanco não é susceptível de ligar duas ideias. Assim, o Muçulmano admira um momento o nosso gás, os nossos aparelhos, os nossos realejos, todo o nosso gênio mecânico; depois cofia a barba, sorri e pensa consigo: “Tudo aquilo prova paciência e engenho, mas eu tenho dentro em mim alguma coisa de melhor, e superior mesmo ao vapor e à eletricidade – é a perfeição moral que me dá a lei de Maomé”. (QUEIRÓS, 2002, p. 190-192).

Novamente os recursos tecnológicos europeus são desqualificados, tomados como elementos que cegam o homem da Europa para o entendimento de outras civilizações e culturas. A tão apreciada relação entre “civilização” e “sofisticação” é também questionada, ao afirmar de forma irônica a ausência de ópera cômica numa sociedade como justificativa para escravizar os seus membros. O preconceito em relação à cor da pele é colocado em questão, já que o fato de o felá egípcio ser escuro não autoriza que daí se deduza sua inferioridade. Enfim, o eurocentrismo presente na noção de civilização sofre dois fortes ataques: nem sofisticação, nem pele branca são elementos imprescindíveis para que um povo seja civilizado.

Certamente o mais interessante nesse trecho é o jogo de espelhos que se estabelece entre os dois grupos em questão, já que, depois de comentar, e condenar, o modo como o europeu vê o egípcio, passa a descrever como o egípcio e, mais genericamente, o árabe vê o europeu. Não se considerando inferior a este, o árabe o vê como intruso, como praga, como um homem pragmático e ignorante das coisas verdadeiramente importantes da existência. Há aí um verdadeiro exercício antropológico do olhar: Eça coloca-se no lugar do outro para tentar ver-se a partir dali com a maior alteridade possível.

Portanto, pelos dois trechos acima citados, podemos constatar que o escritor português atribuía o mesmo estatuto de humanidade e civilidade quer ao “rústico” homem do Himalaia, quer ao muçulmano (milénar inimigo do cristianismo europeu), quer ao próprio europeu, sendo este último rebaixado em relação àqueles por sua arrogante cegueira em relação à concepção que teria de progresso social.

Já na década de 1890, Eça continua a desenvolver seu questionamento à autoimagem de superioridade que os europeus possuíam. Em dois textos, ao refletir especificamente acerca da relação da Europa com a China, essa autoimagem recebe, mais uma vez, duros golpes da pena queirosiana. São os artigos: “A propósito da Doutrina Monroe e do Nativismo”, publicado em 30 de março e 5 de abril de 1896; e o já citado “Chineses e japoneses” de dezembro de 1894. No artigo sobre a Doutrina Monroe interessa ressaltar que, para desqualificar o *slogan* “a América para os americanos”, empregado pelo governo dos Estados Unidos no final do século XIX como, segundo Eça, uma tentativa de fazer da América Latina sua reserva de mercado, excluindo assim a concorrência europeia, a cultura chinesa já aparece como paradigma de cultura original. Ao considerar que fora a China que inventara o nativismo, isolando-se do mundo a partir do império de Huang-Ti, desqualifica enquanto moderno e original o nativismo americano da doutrina Monroe. Observa que a população dos Estados Unidos não passa de um conjunto de imigrantes europeus e, portanto, sem qualquer cultura original. Com isso ataca novamente a originalidade cultural da sociedade americana e, como contra exemplo, qualifica a cultura da sociedade chinesa, vista como verdadeiramente original, na qual o nativismo teria fundamento na realidade.

Não há ideia ou costume, nem mesmo uma pequena regra de etiqueta, nem mesmo uma ligeira forma de vaso, que fosse importada do mundo exterior, que para eles é bárbaro, e que fica além da grande Muralha e do Mar Amarelo. E tão intensamente homogênea é esta civilização, que qualquer ideia ou costume que chegue de fora e consiga cair nesse compacto fundo de costumes e ideias, não se funde, não penetra na circulação da vida ambiente: fica enquistado, no lugar em que pousou, como um caroço estéril, e em breve se mirra e se desfaz. (QUEIRÓS, 2002, p. 596).

Eça sobrepõe a China da dinastia Tsian, que no século III a.C. unificou politicamente a diversidade cultural de vários reinos, dando início à constituição de uma China culturalmente heterogênea, com a que lhe era contemporânea, essa sim já homogeneizada. Com isso explora uma imagem um tanto estereotipada da China no século XIX – a de povo milenar fechado à interação com outros povos –, que, apesar do lugar comum, é bastante positiva. No entanto, esse uso de uma imagem estereotipada da China tem uma função que transcende a positividade que o autor lhe quer imprimir. Ao colocar a China nesse lugar paradigmático de civilização autônomo, que julga todas as outras como bárbaras, faz com que o leitor europeu, que provavelmente não compartilhava da opinião dos chineses sobre a cultura europeia, se visse na condição de relativizar seu próprio preconceito contra as outras culturas. Portanto, ao criticar o nativismo americano da doutrina Monroe e eleger como exemplar o nativismo chinês, no fundo desqualifica qualquer forma de nativismo, quer americano, quer chinês, quer europeu, ainda que o americano lhe parecesse naquele contexto o mais descabido de todos.

Já quanto ao artigo “Chineses e japoneses”, o episódio histórico diz respeito ao processo de uma suposta independência política da Coreia. Desde a dinastia Ming (1388-1644) a Coreia era um reino tributário da China (HSU, 2008, p. 101). Entretanto, desde a década de 1860, a dinastia chinesa mostrava-se militarmente incapaz de fazer frente à Europa e também aos seus vizinhos japoneses (HSU, 2008, p. 102). Estes, com o fim do isolamento comercial que se iniciou no século XVII, isto é, com a forçada abertura dos portos imposta pelos Estados Unidos em 1854, e o consequente fim do xogunato dos Tokugawa de mais de dois séculos e meio, promoveram sob o comando do imperador Meiji um rápido desenvolvimento militar.⁴ O fato é que vendo boa parte da África, do Oriente Médio e do Extremo-Oriente se tornando colônias europeias, o Japão viu na rápida militarização e maior “ocidentalização” de seu modo de governar a chave para a sobrevivência no cenário internacional da segunda metade do século XIX. Deste modo, desde a década de 1860, o Japão almejou uma maior influência e domínio em territórios da Ásia que extrapolavam seu arquipélago original, a fim de, além dos óbvios motivos

⁴ Cf. BEASLEY, 2008, p. 259-307 e JANSEN, 2008, p. 308-360.

econômicos, ser reconhecido pelo Ocidente como uma força no cenário global, isto é, como uma nação imperialista (IRIYE, 2008, p. 762). O plano japonês funcionou rapidamente, pois “[...] entre 1880 e 1895 o Japão estabeleceu enclaves coloniais e esferas de dominância na Coreia, Taiwan e partes da China.” (IRIYE, 2008, p. 747).

É neste contexto que o episódio militar entre China e Japão deve ser entendido. O aumento da influência japonesa na Coreia era sem dúvida o primeiro passo, da perspectiva do projeto expansionista e colonialista japonês sobre a Ásia, para tomar o lugar da China naquela face do planeta. A conquista da Coreia foi uma etapa muito importante, visto sua posição geográfica estratégica e suas minas de carvão e ferro. O conflito armado se desenhou desde meados da década de 1880, quando se intensificou a presença nipônica no reino coreano, mas se iniciou de fato em agosto de 1894, com a supressão, pelo governo (simpático à causa chinesa),⁵ de um movimento “anti-ocidental”, apoiado pelos japoneses, além do episódio do afundamento de um navio com soldados chineses. A superioridade militar japonesa garantiu uma vitória rápida e em abril de 1895 foi assinado o tratado de Shimonoseki, que, além do estabelecimento da paz, garantia: 1) a independência coreana, tutelada pelo Japão; 2) uma indenização ao governo japonês; 3) um maior acesso dos japoneses aos portos estratégicos chineses; 4) o direito ao Japão de abrir fábricas, indústrias e manufaturas em território chinês⁶ (HSU, 2008, p. 108).

O artigo de Eça é de dezembro de 1894, momento do apogeu do conflito. Após comentar o modo estereotipado e pitoresco como o europeu mediano olhava para aquele episódio, isto é, a luta entre o Império Florido do Meio (China) e o Império do Sol Nascente (Japão) pelo Reino da Serenidade Matutina (Coreia), observa:

O Europeu tem decerto viajado desde que se criou a Agência Cook, folheia narrações de viagens (quando abundam em anedotas e diálogos), e já não exclama, à maneira das damas eruditas e dos espíritos picantes do século XVIII: “Como é possível ser persa”. **Hoje começamos realmente a compreender (com certas reservas) que se possa ser chinês.** Mas esses povos da extrema Ásia, por ora só os conhecemos pelos lados exteriores e excessivos do seu exotismo. Com certos traços estranhos de figura e traje, observados em gravuras, com detalhes de costumes e cerimônias aprendidos nos jornais (artigo *Variedades*) e, sobretudo, com o que vemos da sua arte, toda caricatural ou quimérica – é que nós formamos a nossa impressão concisa e definitiva da sociedade chinesa e japonesa. Para o

⁵ Este episódio ficou conhecido como a Insurreição Tonghak. Para mais detalhes, cf. HSU, 2008, p. 105.

⁶ Neste momento histórico, nem a Coreia nem a China foram de fato invadidas pelo Japão. A invasão e anexação da península coreana só ocorreu após a guerra realizada pelo Japão contra a Rússia nas primeiras décadas do século XX. Cf. DUUS, Peter (ed.) **Cambridge History of Japan**, v. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 217-309.

Europeu, **o Chinês é ainda um ratão amarelo, de olhos oblíquos, de comprido rabicho, com unhas de três polegadas, muito antiquado, muito pueril, cheio de manias caturras, exalando um aroma de sândalo e de ópio, que come vertiginosamente montanhas de arroz com dois pauzinhos e passa a vida por entre lanternas de papel, fazendo vênias. E o Japonês é ainda para nós um magricela de crânio rapado, com dois enormes sabres enfiados na cintura, jovial e airado, correndo, abanando o leque, dissipando as horas fúteis pelos jardins de chá, recolhendo à casa feita de biombos e crisântemos para se cruzar numa esteira e rasgar o ventre!** A ambos concedemos uma habilidade hereditária em fabricar porcelana e bordar a seda. Como por vezes as suas populações trucidam os nossos missionários, **a estes traços de caráter (tão exatamente deduzidos) juntamos o da ferocidade.** Porque os Chineses não querem ter caminhos de ferro, nem fios de telégrafo, nem candeeiros de gás, que constituem para nós as expressões sumas da civilização, concluímos rasgadamente que são bárbaros. E enquanto aos Japoneses, que já copiaram as locomotivas e os telefones, só nos parece que essa civilização importada, macaqueada e mal usada, os torna irreparavelmente grotescos. **Que por trás do rabicho e dos guarda-sóis de papel, e das caturrices, e de todo o exotismo, existam sólidas instituições sociais e domésticas, uma velha e copiosa literatura, uma intensa vida moral, fecundos métodos de trabalho, energias ignoradas, o europeu mediano não o suspeita.**

Mesmo que conhecesse todas essas forças e virtudes, não se impressionaria, nem votaria mais respeito a essas pobres raças, que só o divertem. Quando uma civilização se abandona toda ao materialismo, e dele tira, como a nossa, todos os seus gozos e todas as suas glórias, tende sempre a julgar as civilizações alheias segundo a abundância ou a escassez do progresso material, industrial e suntuário. **Pequim não tem luz elétrica nas lojas; logo, Pequim deve ser uma cidade inculta. [...]**

Mas que os Chineses tenham só defeitos ou só qualidades, o certo é que arranjam a seu modo uma civilização que possui sem dúvida uma força prodigiosa, pois que tem sobrevivido a todas as formas de civilizações criadas pelo gênio da raça ariana: e que **possui decerto também uma grande doçura, porque o tema invariável e secular da literatura chinesa, desde as máximas dos filósofos até às canções dos lírios, é celebrar a inefável e incomparável felicidade de ser chinês, de viver na China!** (QUEIRÓS, 2002, p. 528-533, grifos nossos).

Após reproduzir de forma debochada o estereótipo que os europeus têm dos chineses e dos japoneses, fazendo com que possamos reconhecer ali os preconceitos que ainda hoje persistem em relação aos povos e culturas daquelas localidades (o

chinês e o japonês como seres exóticos e pacíficos, que podem “inexplicavelmente” se tornarem ferozes), critica mais uma vez a prepotência da civilização europeia em sua fixação pela dimensão materialista, isto é, por fundamentar sua noção de civilização na tecnologia, desconsiderando que outros povos possam ter outros critérios para estabelecê-la. Há, pois, aí uma efetiva relativização cultural. Ao notar que na China possam existir sólidas instituições sociais e domésticas, uma ampla e antiga literatura, uma intensa vida moral, métodos de trabalhos fecundos e mesmo “energias ignoradas”, abre assim a imaginação do leitor para o imponderável potencial dos chineses. Além disso, reconhece que tudo aquilo que os europeus valorizam na dimensão não material do homem civilizado estão presentes ali – arte, beleza, valores morais, ordem social etc. –, o que faz dos chineses e japoneses homens tão ou mais civilizados que os europeus.

Em seguida, comenta como os europeus, considerando bárbaros todos os envolvidos nessa guerra, riem da possível ameaça que estes poderão representar à Europa no futuro, lembrando que os romanos também achavam graça quando se falava da ameaça de francos e godos. Especula sobre as razões para ambos os lados, chineses e japoneses, desejarem dominar a Coreia, e então comenta:

O que ardentemente nos deve ocupar, a nós Europeus, e mesmo a vós Americanos, são as consequências da guerra – sobretudo as consequências de uma derrota da China, de uma boa derrota, bem estridente e humilhante, que penetre até ao mandarinato, até ao inacessível orgulho da dinastia manchu. Se fosse o Japão o esmagado, não viriam daí inquietações para o nosso mundo ocidental. Era apenas um povo ligeiro e atrevido que levava uma sova. A China vitoriosa seria a China readormecida. A China vencida – é a Europa ameaçada. (QUEIRÓS, 2002, p. 531).

Mais adiante irá explicar essa ameaça. Continua o longo artigo comentando o julgamento que os viajantes e comerciantes europeus que estiveram em território chinês têm do povo que ali habita. Estes consideravam os chineses falsos, mentirosos, covardes, sujos, sem se dar conta que tratavam sempre com barqueiros, comerciantes, vendedores ambulantes, enfim, com as classes de menor educação formal daquela população.

Ora, avaliar por esta baixa matula toda a sociedade chinesa é como julgar a França pelos maltrapilhos que fervilham nos cais de Marselha, ou criticar o Brasil, e a sua educação, e a sua cultura, e a sua força social, pela gente baixa que carrega e descarrega fardos dos trapiches para os armazéns. Viajantes que se tenham alongado para o Centro da China, e observado alguns modos e costumes das classes cultas, e espreitado aqui e além, através das fendas de portas, um pouco da vida íntima, da família, das ideias, das crenças, podem ser

contados pelas pontas dos dedos. Os próprios residentes estrangeiros de Pequim, formando o pessoal das legações, não penetram na sociedade chinesa, vivem enclausurados dentro dos muros das residências, como os antigos judeus nos guetos, e só se familiarizam com os aspectos externos, ruas, lojas, frontarias de templos e perpassar das multidões. (QUEIRÓS, 2002, p. 531).

Observa que os poucos europeus que de fato conseguiram adentrar a sociedade chinesa e frequentar seus meios mais cultos ficaram maravilhados com o seu grau de sofisticação. Afirmando que, com isso, não pretende idealizar a civilização chinesa, mas sim demonstrar sua força prodigiosa. Lembra como a Europa obrigou os chineses a abrir seus portos para o comércio europeu e, em especial, para o ópio, e que os chineses, desde os primeiros contatos com os europeus, consideraram estes como verdadeiros selvagens:

[...] numa página dos *Anais Populares do Império* em que se conta a primeira aparição dos holandeses em Macau, e nas vizinhanças de Cantão. «Estes homens (diz essa amarga narração) pertencem a uma raça selvática que habita regiões escuras e úmidas, e que nunca teve a vantagem de se relacionar e aprender com a China. São criaturas avermelhadas, de olhos azulados e estúpidos, e imensos pés de mais de um côvado. Parecem lamentavelmente ignorantes. E como aspecto exterior nada se pode imaginar de mais exótico e repelente!» Aí está a impressão que os bons flamengos (que nos parecem tão sólidos, são e limpos tipos de homens) fizeram aos Chineses. (QUEIRÓS, 2002, p. 534).

Lembrando que portugueses, franceses e ingleses tiveram o mesmo parecer por parte dos chineses, que designavam a todos como *fankuei* (diabo estrangeiro); Eça inverte a equação europeu/civilizado *versus* chinês/bárbaro, demonstrando a relatividade da noção de homem civilizado. Aproveita para fazer uma forte crítica ao cristianismo e à luta de poder doutrinária entre católicos e protestantes e, no seio destes, entre jesuítas e dominicanos, entre calvinistas e anglicanos, concluindo que “[...] o letrado chinês não encontra no cristianismo senão contradição, inverosimilhança e névoa; e no pouco que ele tem de bom, os seus preceitos morais, só vê, com desdém, pálidas e imperfeitas imitações do confucionismo e do budismo.” (QUEIRÓS, 2002, p. 535).

Por conta disso, nota que o chinês se considera superior ao europeu espiritual, cultural e intelectualmente, ainda que reconheça a superioridade industrial deste. Cientes dos conhecimentos tecnológicos do Ocidente, os chineses finalmente resolvem mandar suas primeiras missões para a Europa, na busca do saber industrial. Todavia, essa busca, até o século XIX, teria sido um tanto esporádica e fragmentária, por conta do forte conservadorismo chinês. A histórica disputa com o Japão pelo controle do comércio no Oriente, entretanto, nomeadamente a guerra da

Coréia de que trata o artigo, teria instigado os mandarins a investir de forma mais sistemática no domínio do conhecimento industrial. Nota que o Japão, ao realizar com o imperador Meiji sua reforma política nos moldes do Ocidente, realizou também uma reforma militar:

[...] com os nossos horrendos chapéus de bico e as nossas pantalonas agaloadas, adotou também os nossos couraçados, as espingardas *Lebel*, as metralhadoras, toda a nossa organização e ciência militar. E, como não lhe falta a inteligência destra para aplicar os nossos princípios e usar o nosso material, e como os seus oficiais são educados nas escolas, nos arsenais, nos campos de manobras da Europa, em breve o Japão pitoresco se tornou o Japão formidável, e, apesar de as fardas mal feitas lhe darem um ar xexé de Entrudo, ficou sendo a grande potência do Extremo Oriente. (QUEIRÓS, 2002, p. 538).

Portanto, o interesse dos chineses pelo conhecimento industrial europeu era, sobretudo, interesse pela tecnologia bélica, porque ficou claro que “a espingarda *Lebel* mata melhor que a elegante e venerável flecha dos avós” (QUEIRÓS, 2002, p. 538).

Na altura em que foi escrito o artigo de Eça, os japoneses tinham o controle do território da Coréia e estavam em solo chinês, sem, contudo, terem definido seu jogo de forças com Pequim. Eça parte daí para concluir que, qualquer que seja o resultado daquela guerra, os chineses já haviam chegado à conclusão de que o que lhes faltava era a tecnologia bélica europeia. Saídos dessa guerra, certamente se voltariam para o domínio de tal tecnologia, o que poderia ser visto por muitos como uma ameaça terrível, já que quatrocentos milhões de chineses bem armados ao modo europeu seriam um páreo duro para o Ocidente. Todavia, confiando na força armamentista do Ocidente, e na cultura agrária e pacífica da população chinesa, Eça não acreditava num enfrentamento dessa natureza. Seu temor advinha de outra parte: da possibilidade dos chineses passarem a se dirigir ao ocidente como trabalhadores, com intuito de fazer fortuna e voltar para seu país de origem, uma vez que teriam grande desprezo pela cultura ocidental, como ficara demonstrado anteriormente. Lembra, então, as colônias chinesas da Califórnia e o quanto elas afetavam o mercado americano de mão-de-obra. Os chineses trabalhavam muito mais por muito menos, desestabilizando as conquistas da classe trabalhadora nessas localidades.

Um imigrante com estas capacidades é terrível, sobretudo em países industriais, porque altera profundamente a balança dos salários. O capital produtor tem o sonho ansioso (e legítimo) de diminuir, pela baixa dos salários, as despesas de produção.

Quando lhe aparece, portanto, um operário hábil, incansável, pontual, dócil, que não faz *grèves*, nem política, é apenas um complemento inteligente das máquinas, e oferece o seu trabalho por metade ou um terço do salário normal, imediatamente o aceita, com alacridade, sem curar de que ele tenha raça amarela, branca ou verde. Foi o que aconteceu na Califórnia. (QUEIRÓS, 2002, p. 543).

O resultado disso foi um conjunto de leis que começaram a complicar a presença dos chineses na Califórnia até redundar na proibição de sua entrada naquele Estado americano. Conclui que isso só ocorreu porque a China não tinha força bélica para obrigar os Estados Unidos a receber os seus naturais e empregá-los, pois quando isso vier a acontecer:

E então não se poderá contra ele decretar a perseguição, muito menos a expulsão – porque detrás do imigrante chinês avançará o couraçado chinês: **comer um chinês**, segundo a expressão americana, será então uma aventura tão indigesta e tão cheia de perigo como é hoje na China **comer um inglês**.

A desorganização econômica que se deu na Califórnia virá repetir-se na Europa com descomunal magnitude. Nas fábricas, nas minas, no serviço dos caminhos de ferro, não se verão senão homens de rabicho, silenciosos e destros, fazendo por metade do salário o dobro do serviço – e o operário europeu, eliminado, ou tem de morrer de fome, ou fazer revoluções, ou de forçar os estados a guerras com quatrocentos milhões de chineses.

É esta a invasão a recear – não a invasão tumultuária à moda vandálica. E será tanto mais temerosa que terá por si a força do direito, sem que seja fácil exercer contra ela o direito da força. Ela terá além disso como cúmplice e instigador o interesse do capitalismo: porque, à maneira que as nossas classes operárias, mais educadas, se tornarem mais indisciplinadas (ou antes, mais legitimamente exigentes) e o capital europeu travar uma luta mais áspera com o trabalho europeu, a sua tendência irresistível será utilizar a enorme massa dócil e facilmente contente que cada ano lhe remeterá a inesgotável China. Em cada centro industrial da Europa haverá assim um permanente e atroz conflito de raças – como já hoje se dão, e por motivos idênticos, conflitos de nacionalidades, em que o Francês espanca o Italiano, porque o homem trigueiro de além dos Alpes come menos carne e pede menos salário. (QUEIRÓS, 2002, p. 544).

É interessante observar como Eça desconstrói a imagem estereotipada do chinês sujo, mentiroso, desonesto, dissimulado, não para colocar em seu lugar o estereótipo inverso, o do chinês culto, milenar, sofisticado, imperialista, mas para delinear um novo e palpável chinês, o operário de baixo custo na Europa e nos Estados Unidos. Foge dos estereótipos forjados a partir de julgamentos morais para

trabalhar o lugar econômico e político da grande maioria dos chineses presentes na América e na Europa, contextualizando-os no mercado mundial. Vê perfeitamente que é esse chinês a maior ameaça para os países ditos do Ocidente, além de vislumbrar o acirramento do “conflito de raças”, hoje designados por “conflitos culturais”.

Concluí o texto em tom irônico, especulando sobre a possibilidade dos brasileiros importarem a mão-de-obra chinesa:

Mas basta de Chineses! Vós, amigos, aí no Brasil, parece que os desejais, para vos plantar e vos colher o café. Sereis inundados, submergidos. Virão cem, virão logo cem mil. Daqui a dez anos em São Paulo e no Rio tereis vastos bairros chineses, com tabuletas sarapintadas de vermelho e negro, fios de lanternas de papel, covis empestados de ópio, toda a sorte de associações secretas, uma força imensa crescendo na sombra, e cabaias e rabichos, sem cessar fervilhando. Mas tereis cozinheiros chineses, engomadores chineses - e sabeis enfim o que é uma sopa superlativamente sublime e um peitilho lustroso e digno dos deuses. Todas as outras colônias, portuguesa, italiana, alemã, serão insensível e subtilmente empurradas para as suas pátrias de origem - e o Brasil todo, em vinte anos, será uma China.

Os nativistas estourarão de dor e nojo. E como, por caridade intelectual, é necessário que a todo o espírito se dê alimento - metade da Gazeta de Notícias será impressa em chinês. Bom é, pois, que comeceis a reler o vosso Confúcio, camaradas - e que vos iniciéis nos divinos livros fundamentais, o Chu-King, que é o Livro das Memórias, o Chi-King, que é o Livro das Imaginações, o Ji-King, que é o Livro das Mudanças, e o Li-King, que é o Livro dos Ritos.

De resto, todo esse chinesismo não será para o Brasil senão um ligeiro acréscimo de confusão. E depois, quem sabe? Talvez a influência ambiente do confucionismo infiltre enfim e derrame no país os princípios salutarés da doutrina perfeita - o amor da disciplina, do respeito, da tolerância, da ordem e da paz laboriosa. (QUEIRÓS, 2002, p. 545-546).

Mônica Simas, ao tratar do referido artigo, observa que, no final do século, em razão da necessidade brasileira de repor a mão-de-obra escrava, existia no Rio de Janeiro quem defendesse a imigração chinesa. Nota que o cônsul do Brasil em Nova Iorque, Salvador de Mendonça, publica em 1879 o livro *Trabalhadores asiáticos*, sobre a história da imigração chinesa na Califórnia: “[...] ‘fazendo justiça’ ao trabalho que aqueles colonos vinham desenvolvendo ali, contra a opinião de que ‘numa obstinação infelizmente bastante comum, não querendo abrir os olhos para a evidência’, criticavam os chineses.” (SIMAS, 2007, p. 100). Sugere, portanto, que Eça não compartilhava com tal opinião, já que em seu texto não recomenda a imigração chinesa para o Brasil.

É fato que houve, no Brasil, um forte debate acerca da imigração chinesa. Julita Scarano conta-nos que:

A dificuldade de arranjar trabalhadores fez com que houvesse contínuas discussões, tanto na imprensa como no Congresso. Os paulistas, entretanto, sempre se referem aos futuros trabalhadores na cafeicultura como imigrantes europeus. Alguns dos organizadores da Sociedade Promotora da Imigração, como Martinico Prado, por exemplo, é um dos preconizadores da vinda de europeus e inclusive vai à Europa para isso.

Entretanto, uns poucos julgavam grande vantagem na migração chinesa, mas outros a temiam, falando inclusive dos perigos da mongolização e se afirmava que uma vez que o ápice da civilização era a Europa, melhor seria batalhar para a vinda de europeus. Por outro lado, os positivistas se posicionavam contra a migração chinesa, pois percebiam que o que se buscava era uma nova forma de escravização. Eles julgavam, como foi o caso de Miguel Lemos [autor de *O positivismo e a escravidão moderna*, de 1884], que seria uma barbárie escravizar um povo tão civilizado. (2010, p. 10).

Também nos lembra que o parlamentar Martinico Prado era irmão Eduardo Prado, grande amigo de Eça de Queirós. Portanto, nesse debate, de fato Eça de Queirós tinha um lado: o da migração europeia para o Brasil. Mas certamente suas razões não se resumiam a sua amizade com Paulo Prado.

Em seu estudo *Os “chins” nas sociedades tropicais de plantação*, que analisa as propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil ente 1814 e 1878, Victor Hugo Luna Peres trás para o debate a obra de Eça de Queirós e põe em destaque uma carta da correspondência consular do escritor, de 29 de dezembro de 1872, dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, da qual reproduzimos abaixo um extrato:

Existem Ilmo. Sr., nesta ilha mais de cem mil asiáticos que o *Regulamento de Emigração* pelo porto de Macau põe hoje explicitamente sob a proteção do Consulado Português. Se V. Exa. Atender a que este elevado número de colonos é uma das forças mais vitais da agricultura da Ilha, e que este número crescerá pelas condições deste país que entrega todo o seu trabalho a braços importados, e que a raça chinesa subtil e hábil poderá, tendo a sua atividade livre, tomar em grande parte o domínio das indústrias da Ilha – V. Exa. Compreenderá a importância deste consulado que pode abrir a cem mil almas o registro de nacionalidade portuguesa: é portanto urgente que o Governo de S. M. Atenda às condições em que vivie aqui esta população colona. A legislação cubana dividiu artificialmente a emigração asiática em duas espécies de colonos: os

chegados a Cuba antes do 15 de fevereiro de 1861, e os que vieram depois desta data arbitrária. Os primeiros tendo findado já o prazo de 8 anos – por que vêm contratados todos os colonos que saem de Macau – são livres no seu trabalho e podem requisitar deste consulado a cédula de estrangeiro; os outros – os que chegaram depois de 61 e estão chegando – são obrigados, findos os meus 8 anos de contrato, a sair da Ilha dentro de dois meses, com a recontratar-se novamente. Tal é, em resumo a legislação: mas com mágoa direi a V. Exa. Que a prática é extremamente diferente – e autoriza a opinião Europeia de que a emigração chinesa é a dissimulação traidora da escravatura. A lei permite aos Asiáticos que chegaram antes de 61 que solicitem a sua cédula de estrangeiro – mas por todos os modos se impede que ele a obtenha: e o meio é explícito: formou-se na Havana, sem estatutos e sem autorização do Governo de Madri, uma comissão arbitrária que se intitula Comissão Central de Colonização; está comissão pretende ter o pleno domínio da emigração; formada de proprietários ricos impôs-se, naturalmente, às autoridades superiores da Ilha, e conseguiu que se determinasse – que nenhum asiático tire do Consulado a sua cédula de estrangeiros sem que a Comissão Central informe sobre ele e o autorize a requerê-la; ora, sucede que a Comissão Central, para cada asiático, prolonga indefinidamente esta informação – e durante este tempo o colono está numa situação anormal e inclassificável; – não é colono porque terminou o contrato – e não é Livre porque não tem a sua cédula; esta situação faz a conveniência de todos – da polícia que à mais efêmera infração (encontrar, por ex. o china, fumando ópio) o sobrecarrega de multas enormes; do Governo, que o aproveita, sem salário, para as obras públicas, e dos fazendeiros que terminam por o recontratar. De sorte que o benefício que a lei lhe concede é inútil na prática. – Em quanto aos que vieram depois de 1861 – uma legislação opressiva obriga-os a saírem findo o seu contrato, da Ilha, em dois meses ou tornarem a contratar-se; e como naturalmente o colono não tem meios de regressar à China – a polícia recolhe-os nos depósitos, – é obrigado a servir mais 8 anos.

Nada justifica Exmo Sr. estas legislações desumanas [...] (QUEIRÓS, 2000, p. 735-736).

Ainda muito jovem, o que moveu Eça a defender os chineses de Cuba não foi nenhum interesse escuso, mas tão somente sua defesa de boas condições de trabalho para o operariado, por conta de sua formação socialista. Anos mais tarde, a experiência da Califórnia, avaliada como bem-sucedida por Salvador de Mendonça, não leva em conta a exploração desumana que os norte-americanos fizeram do trabalho chinês, nem a ameaça que isso poderia representar para movimento operário internacional organizado. Também na Califórnia houve grande exploração do trabalho chinês e a mais forte discriminação ocorreu após passarem a competir com proprietários norte-americanos de minas de ouro, pois ali a economia de

mercado era um fato. Eça leva em conta essa exploração, mas a contextualiza no âmbito da internacionalização do movimento operário, chamando a atenção para o retorno à precarização absoluta do trabalho operário, que já começara a ter ganhos significativos em outros setores.

De todo modo, se levarmos em conta o caso do pequeno contingente de chineses que chegou ao Brasil, Peres conclui que:

Com efeito, a introdução de trabalhadores chineses sob contrato nos setores produtivos nacionais, apesar de pretensamente ser proposta como uma medida transitória para a criação *de* um mercado de trabalho livre, na prática ela representou, para a classe de proprietários, a possibilidade de continuidade de um sistema de trabalho compulsório. Como já demonstrado através de suas próprias falas, estes trabalhadores entravam no horizonte mental dos propositores, apenas enquanto uma opção ou recurso viável no momento específico em que se impunha o fim da escravidão africana e no qual, simultaneamente, a condição destes indivíduos era sistematicamente rebaixada, de forma discursiva e prática, para justificar assim seu emprego e uso nas dinâmicas de produção das plantações. (PERES, 2013, p. 162).

Isso quer dizer que, no Brasil, os chineses provavelmente não obteriam o mesmo protagonismo que tiveram na Califórnia, já que nossa economia não era em nada parecida com a norte-americana, acabando num regime de trabalho de escravidão dissimulada, bem mais próximo daquele que encontraram em Cuba.

A preocupação de Eça com o poder da China não advém de qualquer tipo de xenofobia, mas de sua adesão à causa operária. É nessa mesma época e considerando o mesmo contexto que irá criticar os ataques anarquistas na França, afirmando tratar-se de um retrocesso para o movimento operário europeu, como demonstra João Medina no livro *Eça político - ensaios sobre aspectos político-ideológicos da obra de Eça de Queiroz* (1974).

A história mostrou que Eça tinha razão, ainda que não cumprindo exatamente os prognósticos por ele elaborados. O baixo custo do operariado fez com que a crescente industrialização da China afetasse o mercado mundial sem que seu operário precisasse sair do país. Não foi o operário chinês que tomou conta do mundo, mas o produto produzido por ele ao custo previsto por Eça.

De qualquer modo, Eça, já no final do século XIX, deu aos brasileiros, nesse artigo, uma aula de economia e de geopolítica, demonstrando como o operariado era um fator determinante em toda a ordem internacional. Ao final o artigo, brinca com a ideia de que o Brasil também teria sua cota de chineses, que ocupariam São Paulo e o Rio de Janeiro, obrigando a *Gazeta de notícias*, para onde escrevia o presente texto, a ser bilíngüe, em chinês e em português, recomenda desde então aos leitores o conhecimento de diversos livros sagrados chineses e, finalmente,

vislumbrando a possibilidade de um Brasil mais disciplinado, tolerante, ordeiro e trabalhador pela influência do confucionismo.

Essa provocação aparentemente superficial, se por um lado pode ter por motivação sua relação de amizade com a família Prado, como foi observado, por outro aponta para uma denúncia à cegueira dos brasileiros em relação ao lugar que ocupavam na ordem mundial. Obviamente não se tratava de denunciar o quanto o operariado brasileiro era indisciplinado, intolerante, desordeiro e preguiçoso, mas de demonstrar que a concorrência se dava em escala mundial. O que significava pensar que também as alianças entre trabalhadores se davam e se dariam, na perspectiva futura de Eça, em escala internacional. Portanto, podemos entender o artigo de Eça como uma forma de chamar a atenção para o crescente processo de internacionalização do trabalho. Se a Associação Internacional dos Trabalhadores criada em 1864, em Londres, ou a American Federation of Labor (Federação Americana do Trabalho), criada em Columbus, Ohio, em 1886, contemplavam os interesses de trabalhadores europeus e norte-americanos, trabalhadores chineses e brasileiros não tinham qualquer força institucional.

Eça parte da relativização da ideia de civilização e de progresso e, portanto, da relativização da noção de cultura, apontando diferenças e equivalências entre China, Japão, Estados Unidos, Europa e Brasil, para chegar àquilo que considera mais visceral na ordem internacional: o papel crucial que ali passa a ocupar a classe trabalhadora. Procurou, sobretudo, alertar os mais distraídos, no caso os brasileiros, seus leitores, da necessidade de se preparar para o que viria. O que, de fato, veio. E, ao que tudo indica, nem o operariado da Europa, nem o dos Estados Unidos e muito menos o do Brasil se preparou o suficiente para a nova ordem internacional do capitalismo tendo a China como um dos seus protagonistas.

De tudo se conclui que Eça não foi um profeta ou a “antena da raça”, na consagrada expressão de Ezra Pound, mas sim um analista político atento e perspicaz, que soube eleger na sua contemporaneidade os elementos fundamentais para a realização de seu prognóstico, tarefa que, talvez, muitos poderiam ter feito, mas que ele tomou para si e levou a cabo com deliciosa e hilariante ironia e, sobretudo, com admirável alteridade.

GARMES, H.; VANZELLI, J. C. Eça de Queirós, China and Brazil. *Itinerários*, Araraquara, n. 44, p. 229-246, jan./jun. 2017.

■ **ABSTRACT:** *From texts written by Eça de Queirós to Brazil's newspaper Gazeta de Notícias, we will analyze how Eurocentrism is relativized by Eça, undoing, through irony, the stereotypical opposition between East and West. Dealing with Portugal, Brazil and China, and especially the relationship between Chinese workers and achievements of workers in Europe and the United States, we see that Eça's view goes far beyond*

the context of these countries, revealing an economic understanding and a political consciousness that includes the entire capitalist order of his time.

■ **KEYWORDS:** *Chinese and Japanese. Eça de Queirós. China. Capitalism. Orientalism.*

REFERÊNCIAS

BEASLEY, W. G. The foreign threat and the opening of the ports. In: JANSEN, M. B. (Ed.) **Cambridge History of Japan**. v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 259-307.

GARMES, H. As fronteiras da civilização em Eça de Queirós. In: MOTTA, P. e FERNANDES, A. (Org.). **Literatura portuguesa aquém-mar**. Campinas: Komedi, 2005. p. 53-71.

HSU, I. C. Y. Late Ch'ing foreign relations 1866-1905. In: TWITCHETT, D. e FAIRBANKS, J. K. (Ed.) **Cambridge History of China**. v. 11. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 70-141.

IRIYE, A. Japan's drive to great-power status. In: JANSEN, M. B. (Ed.) **Cambridge History of Japan**, v. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 721-782.

LYRA, H. **O Brasil na vida de Eça de Queirós**. Lisboa: Livros do Brasil, 1965.

MEDINA, J. **Eça político** – ensaios sobre aspectos político-ideológicos da obra de Eça de Queiroz. Lisboa: Seara Nova, 1974.

MINÉ, E. **Eça de Queirós jornalista**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

_____. **Páginas flutuantes** – Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

PERES, V. H. L. **Os “chins” nas sociedades tropicais de plantação**. Estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil (1814 -1878). 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2013.

QUEIRÓS, E. **Obra completa de Eça de Queirós**. Beatriz Berrini (Org.). vol. 4. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2000.

_____. **Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)**. Elza Miné e Neuma Cavalcante (Ed.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

SCARANO, J. Migração sob contrato: a opinião de Eça de Queiroz. In: XXIV Encontro anual da ANPOCS. **Anais do XXIV Encontro anual da ANPOCS**. Petrópolis: ANPOCS,

2000, p. 01-12. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=589&Itemid=290>. Acesso em: 03 de jun. 2016.

SIMAS, M. **Margens do destino** – Macau e a literatura em língua portuguesa. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

SOUZA, J. C. S. **Eça ensaísta**: estudo sobre o trabalho jornalístico de Eça de Queirós para a *Gazeta de notícias*, do Rio de Janeiro, ao final do século XIX. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

